

Urgência de um plano econômico

O sacrifício do Presidente Tancredo Neves consolida a transição do regime em termos políticos e amplia a adesão da opinião pública aos ideais da renovação expressos no discurso de posse que o Presidente não pôde ler.

Na organização do Ministério, conduzida ainda pessoalmente pelo Presidente, foi procurada a consolidação do apoio político no Congresso Nacional e nos Estados. Mas não havia um plano administrativo delineado nem um plano econômico formulado. Na ausência do líder e na surpresa com que foi colhido o Presidente José Sarney, transcorreu o primeiro mês do novo Governo, sem que se traduzissem, em um plano objetivo, as diretrizes gerais anunciadas e aprovadas pelos dois partidos que formam a Aliança Democrática, algumas delas reiteradas no discurso de posse.

Os documentos da COPAG, comissão aparentemente encarregada de analisar propostas e de apresentar sugestões, cujo objeto vai sendo conhecido, correspondem a proposições isoladas. Ao que se sabe, não contêm um plano econômico global.

Além disso, algumas propostas apresentadas pelos Ministros e outras autoridades da área econômica não compõem um plano, e algumas delas são contraditórias entre si.

Essa situação aumenta, consideravelmente, a responsabilidade do Presidente, do ministério e dos partidos que os apóiam.

Há que formular um plano executivo, e rapidamente, porque a situação econômica e social continua a se deteriorar, velozmente. O clima de confiança pode transformar-se, em prazo muito curto, em decepção se não começarem a surgir soluções que produzam efeitos benéficos ou que permitam vislumbrar os efeitos que possam produzir.

Infelizmente, não existem soluções simples para uma situação tão complexa como a da economia brasileira nesta quadra em que se instala a Nova República. São necessárias medidas simultâneas em várias frentes de combate. É indispensável um plano global e coerente. É preciso considerar o caso brasileiro com as suas características próprias e como um problema econômico original. Isso não significa que esta ou aquela providência clássica e consagrada não seja adotada. Mas sim que nenhuma delas, pelo fato de ter sido aplicada, com sucesso, em países industriais de economia homogênea, com inflações modestas, seja credenciada para solucionar uma inflação galopante em um país de grande desuniformidade. Especialmente no caso do Brasil, que está mergulhado em uma crise que gerou novas e fortes distorções nos últimos três anos.

As diretrizes aprovadas pelos dois partidos que formam a

maioria contêm um conjunto de medidas desejáveis mas não necessariamente compatíveis entre si, ou mesmo exequíveis, na atual conjuntura.

Há que estabelecer, no âmbito das duas principais correntes de opinião, uma hierarquia entre as medidas, separando o que é essencial, na visão de cada uma, do que é acessório ou adiável nas respectivas formulações gerais. Ao mesmo tempo, e principalmente no âmbito do Executivo, e em função do conhecimento de especialistas da economia nacional e das finanças públicas, e de sua situação no momento, há que formular um programa executivo que obedeça às diretrizes gerais e que seja composto de medidas coerentes e compatíveis entre si.

Surgirão muitos pontos comuns e outros de divergência, seja entre as correntes de pensamento político, seja entre qualquer destas e o grupo de especialistas, seja ainda entre as várias correntes desta própria área. As divergências serão de concepção política ou econômica ou, ainda e simplesmente, entre o deseável e o exequível.

Dado o lapso de tempo desde a implantação formal da Nova República, a 15 de março, e a efetiva possibilidade do início de funcionamento do novo Governo, o tempo para se realizar toda essa análise de confronto e compatibilização é muito curto, diga-se mesmo, quase impossível. Vai requerer uma dose excepcional de espírito público e de renúncia, por parte daqueles a quem for atribuída essa missão no âmbito do Executivo, dos partidos e, enfim, do Congresso onde terá que ser reafirmada a unidade dos partidos que formam a maioria, já em função de um programa de ação especificado e de concepção inovadora.

É importante repetir que, nessa nova conjuntura, a responsabilidade política dos partidos que apóiam a Nova República e dos Ministros, seus representantes no Poder Executivo, cresceu, enormemente.

Nesta hora em que se faz revisão das estruturas e se prepara a discussão de uma nova constituição, é importante e parece possível — diante da demonstração de tranquilidade política a que estamos assistindo — que se cumpra a tarefa com elevado grau de racionalidade. Para que isso ocorra, é necessário que, nos trabalhos a serem empreendidos, se abra mão de posições emocionais decorrentes das vicissitudes da própria vida política de cada um e das consequências do discurso político para o grande público.

ANTONIO DIAS LEITE

Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ